

## OS LIVROS DE CLASSES PARA O ENSINO PRIMÁRIO NA IMPRENSA MARANHENSE (1860-1920)

### CLASS BOOKS FOR PRIMARY EDUCATION IN THE MARANHÃO PRESS (1860-1920)

### LOS LIBROS DE CLASES PARA LA ENSEÑANZA PRIMARIA EN LA PRENSA MARANHENSE (1860-1920)

Samuel Luis Velázquez Castellanos<sup>1</sup>  
Jarina Serra Santos<sup>2</sup>

Resumo: Neste artigo analisam-se os discursos sobre os livros de classes para ensino primário na imprensa maranhense durante a segunda metade do Império e início da República, utilizando-se três jornais: o *Publicador Maranhense* (1842-1885), *O Paiz* (1863-1889) e o *Pacotilha* (1880-1939). Usam-se os pressupostos teórico-metodológicos da história cultural para identificar-se as obras escolares e sua materialidade, os sujeitos envolvidos no controle da produção e as camuflagens em uso como táticas de apropriação, para além das diferentes concepções, conteúdos e variações conforme as condições contextuais. Conclui-se que os livros de classes ocuparam lugar de destaque na imprensa no período, divulgando-se a produção local que foi adotada a nível nacional, seja pela qualidade exigida, seja pela influência de seus autores na província.

Palavras-chave: livro de classes; instrução primária; cultura material escolar.

Abstract: This article analyzes the discourses on class books for primary education in the Maranhão press during the second half of the Brazil Empire and the beginning of the Republic, using three newspapers: *Publicador Maranhense* (1842-1885), *O Paiz* (1863-1889) and *Pacotilha* (1880-1939). The theoretical-methodological assumptions of cultural history are used to identify school works and their materiality, the subjects involved in controlling production and the camouflages in use as appropriation tactics, in addition to the different conceptions, contents and variations according to contextual conditions. It is concluded that class books occupied a prominent place in the press during the period, promoting local production that was adopted at a national level, either due to the quality required or due to the influence of their authors in the province.

Keywords: class books; primary education; school material culture.

Resumen: En este artículo se analizan los discursos sobre los libros de clases para la enseñanza primaria en la prensa maranhense durante la segunda mitad del Imperio e inicio de la República, utilizándose tres periódicos: el *Publicador Maranhense* (1842-1885), *O Paiz* (1863-1889) y el *Pacotilha* (1880-1939). Se usan los fundamentos teórico-metodológicos de la historia cultural para identificarse las obras escolares y su materialidad, los sujetos envueltos en el control de la producción y los camuflajes en uso como tácticas de apropiación, en función de las diferentes concepciones, contenidos y variaciones conforme las condiciones contextuales. Se concluye que los libros de clases ocuparon lugar de destaque en la prensa en el periodo, divulgándose la producción local que fue adoptada a nivel nacional, sea por la calidad exigida, sea por la influencia de sus autores en la provincia.

Palabras clave: libro de clases; instrucción primaria; cultura material escolar.

## Introdução

A demanda do ensino primário exigiu uma série de objetos escolares para seu funcionamento, entre eles os livros de classes<sup>3</sup> que visavam a formação segundo os valores e visões de mundo que precisavam pouco a pouco ser incutidos nos hábitos e costumes dos brasileiros. Neste sentido, se analisaram os discursos sobre esses artefatos na imprensa maranhense, identificando-se como foram abordados, o *que* e *de que forma* foram registrados seus títulos, no intuito de avaliar essas práticas discursivas a partir das matérias às quais estes objetos se destinavam, enfocando as necessidades, os conteúdos abordados e as lacunas sinalizadas pelos jornais locais frente às imposições dos dispositivos legais nos processos de aprovação, indicação ou veto dos livros de classe na instrução primária e identificar as táticas empreendidas por autores e editores para a profusão e consumo das obras.

Nessa perspectiva, fizemos uso dos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural a partir de seus três eixos indissociáveis (Castellanos, 2022a; 2022b; Nunes; Carvalho, 2005): a *história do objeto na sua materialidade* (os livros de classes); a *história das práticas nas suas diferenças* (o que se fez com estes artefatos!) e; as configurações sociais/culturais em construção pelos sujeitos envolvidos, tendo em conta as mudanças nas formas de pensá-los/usá-los, assim como as armaduras conceituais que regeram a época, analisadas aqui nas suas variações históricas. Dito de outra forma, a história cultural, para a análise e compreensão dos livros de classes na imprensa local no período imperial e na primeira república, não pode “abster-se da história social – pelo contrário, está imersa nela de ponta a ponta –, da que se nutre para aclarar os comportamentos, as representações dos homens e suas maneiras de interpretar o mundo” (Deaecto; Mollier, 2013, p. 11).

O primeiro eixo nos permite questionar quatro elementos cruciais: i) *a forma* dos registros, para compreendermos sob qual finalidade os livros eram abordados nos jornais, *O Paiz* (de viés comercial), o *Publicador Maranhense* (relacionado com a administração provincial) e o *Pacotilha* (de oposição ao governo); ii) *a estrutura* das mensagens, para identificarmos semelhanças/diferenças segundo a natureza dos livros de classes; iii) *o dispositivo* em uso (o próprio jornal), como suporte material que viabiliza formas de divulgação/registro e; iv) *a frequência* dos anúncios/avisos/notícias, para entendermos o movimento desses exemplares; permanências, intermitências e silêncios observados na imprensa, que induzem a descortinarmos reedições e desaparecimentos de títulos, obras e autores.

O segundo eixo, a *história das práticas nas suas diferenças*, nos permite questionar o que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes foi imposto (Bourdieu, 2007). Neste caso, o livro de classes, tem como pano de fundo, as relações de poder instauradas entre governo/igreja e os espaços escolares públicos/privados, entre presidentes/governadores e inspetores/diretores da instrução pública em relação aos

autores/tipógrafos/editores, assim como a estabelecida entre diretores de escolas e professores/alunos/família, consideradas aqui segundo o modelo polemológico De Certeau (2012); estratégias de imposição de quem detém o poder de criar as normas, constituindo-se em um “[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de força” (De Certeau, 2012, p. 3) e, as táticas de apropriação daqueles que tentam burlar tais imposições numa invenção criativa e antidisciplina que altera as prescrições e marca a diferenciação das práticas.


O terceiro eixo da história cultural nos ajuda a compreender as formações/configurações sociais/culturais estabelecidas entre os indivíduos envolvidos na administração pública e no espaço escolar e do livro num equilíbrio de tensões para desmistificar papéis, funções e ações na produção, circulação, adoção, distribuição e uso dos livros de classes ou livros escolares nas instituições, e mesmo, nos próprios consumidores para os quais se direcionaram anúncios, críticas e notícias; nos auxilia a entender as mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de pensá-los que se refletem em diferentes concepções, procedimentos e concretizações do livro como objeto da cultura material escolar; e por fim, discutirmos as armaduras conceituais que pairam a época, que apontam para o que seria ou não lícito às obras, que resultaram em diversas percepções em vista da produção, formas e organização destes artefatos segundo critérios e vias de aprovação, analisados nas suas variações históricas.

A temporalidade em foco se justifica por várias determinantes: a) a insatisfação com a produção estrangeira adotada no país; b) a elaboração de reformas na instrução pública; c) a adoção de novos métodos de ensino; d) a concepção e fabrico de obras de autores locais e nacionais alinhadas com a realidade do país e de acordo com os interesses da classe dominante; e) a mudança política e social provocada pela passagem do regime imperial para o republicano e como isso transparece nos livros escolares; e f) por ser o período de circulação das fontes utilizadas.

Este trabalho contribui com a história da educação brasileira e maranhense, pois aborda a produção escolar da província/do estado, ao focar as concepções de ensino vigentes propagadas pelos livros de classes para a instrução primária, bem como para compreendermos o mercado livresco e como os autores e editores se empenharam para veicular e atender as estratégias de imposição daqueles que detém o poder via dispositivos legais sobre a instrução primária; jornais locais que fornecem uma diversidade de representações sobre esta produção e indícios sobre os valores propostos à formação das próximas gerações.

### **As representações dos livros de classes ou escolares na imprensa**


O jornal como dispositivo cultural por meio dos seus textos dá forma e suporte a um sistema de ideias e imagens que determinados grupos sociais formam sobre os livros de



classes ou livros escolares no intuito de produzir *efeitos de verdade* nos leitores, uma vez que a força da representação incide justamente sobre a produção de reconhecimento e estão inseridas em um regime de verossimilhança e de credibilidade, da qual o leitor, a partir da apropriação destas mensagens, pode gerar em si novas representações e novas práticas, tal como a formação do hábito de leitura e do consumo do escrito impresso (Pesavento, 2012). Livro de classe que, como nomenclatura aqui em uso, indica estritamente exemplares concebidos e concretizados em função de diversos conteúdos, incluindo-se o ensino da leitura e da escrita; embora obras de natureza não pedagógica consumidas nas escolas em função da escassez de materiais específicos no período se considerassem também como livros escolares. Por outro lado, o caráter local da produção pode contribuir com a proximidade e o reconhecimento do livro escolar com a população ludovicense<sup>4</sup>, seja pela credibilidade dos autores do lugar, seja por conter aspectos da cultura local e da linguagem, que não são encontrados em produções de outras províncias e do exterior (Castellanos, 2020; Santos, 2022).

Neste sentido, vários artifícios de proclamação foram identificados enquanto *forma*: as matérias e os anúncios como resultado de várias práticas; avaliações às quais os livros de classes foram submetidos e que foram publicadas como pareceres dos órgãos regulamentadores; autores e editores que procuravam os jornais para divulgar sua produção, combater as críticas e avaliar as opiniões expedidas por redatores e público em geral; as mensagens de divulgação para comercializar ditos objetos, e ainda as respostas e/ou questionamentos dos próprios leitores. Todas essas *formas de divulgação* carregam em si intenções e interesses que forjam como se constroem as diferentes representações sobre os livros escolares. Portanto, as expectativas dos proprietários dos jornais dentre outras possibilidades, era a formação de um hábito consumidor do material impresso que agregaria maior lucratividade pela comercialização, a propagação de determinada obra ou ainda deslegitimá-la, assim como vender estes espaços de anúncios e publicações dos quais extraíam a verba para a própria subsistência. A atividade central era difundir o livro como objeto cultural portador dos saberes escolarizados e da cultura como símbolo de intelectualidade (Castellanos; Castro; Souza, 2023).

Autores e editores buscavam esses meios de comunicação para dar a conhecer a produção e que esta chegasse a pais e responsáveis pelo alunado da província/estado para serem adotados, comprados e/o distribuídos para/no ensino; práticas de reconhecimento social e intelectual, uma vez que a produção de uma obra escolar era considerada um gesto patriótico dos que possuem o conhecimento e o compartilham (Bittencourt, 1993). Formas de representações distintas, forjadas a partir das práticas de cada jornal e das posições sociais e interesses dos autores/editores; “[...] para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (Chartier, 1990, p. 17). Livro escolar que a partir do gradual crescimento das vagas no ensino público, do projeto brasileiro de nacionalização e depois da



criação da Inspeção Geral da Instrução Pública no Maranhão em 1841, aos poucos se transforma na carne da produção livresca (Bittencourt, 2008) e toma lugar de destaque no mercado escolar, aumentando sua produção, circulação e uso; primo pobre da literatura ou produção de pouco prestígio cultural que por ser considerado uma obra menor, embora de ascendência nobre (Bittencourt, 2008; Batista, Galvão, 2009; Corrêa, 2006; Lajolo, Zilberman, 1996), na primeira metade do Oitocentos não aparecia nem em biografias nem era muito referenciado.

Destarte, se as representações sobre os livros de leitura assumem um tom informal e infantil, produzindo um cenário do ato de ler condizente com o consumidor final ao qual se destinara; o leitor da matéria jornalística era introduzido neste universo com o uso destes termos estratégicos e uma linguagem de fácil entendimento, fazendo com que as pessoas notassem a relevância não só do título específico, como também da instrução; portanto, valorizar a necessidade da formação de novos leitores e induzi-los ao hábito de leitura constituíam-se umas das metas do jornal: campo de jornalistas e editores que via registros, estimulavam a leitura de um público em ascensão; a mais leitores, maior consumo do escrito impresso. Representações que:

[...] são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (Pesavento, 2012, p. 41).

Os termos utilizados para atestar a qualidade dos livros eram muitas vezes empregados no diminutivo como “obrinha” e “livrinho”, tendo a função de infantilizar, e não de referenciar um livro pequeno ou de qualidade inferior aos demais, haja vista o extenso volume de páginas. Outra característica é o emprego de adjetivos, a exemplo *d’O Paiz* (1864, ed. 37, p. 2, grifo nosso), que ao noticiar sobre o *Livro dos Meninos* (1864/1ª edição), de Antonio Rego, utiliza seis qualificativos diferentes para enaltecê-lo: “um **novo** livro, um **bello** livro, **mimosa** e **proveitosa** offerta à mocidade do paiz, acaba de sair á luz. Este trabalho **primoroso** e inquestionavelmente **util**, é destinado ao curso de instrucção primaria”; dinâmica que pretendia prender a atenção do leitor e despertar o seu interesse pelo conteúdo da matéria, bem como atribuir um valor positivo, projetando uma boa impressão. Estratégias mercadológicas que podem explicar “[...] em parte, porque autores eruditos, em número significativo, utilizaram a literatura escolar para divulgar os [seus] trabalhos [...]” (Bittencourt, 2008, p. 83); dinâmica que auxilia a compreender a prevalência de livros de classes estrangeiros que servem de modelos e coabitam gradualmente com textos pátrios e locais até a década de 1860, quando o abrasileiramento posterior e crescente fez com que a produto nacional e local assumisse seus contornos específicos, expusesse sua singularidade e mostrasse sua diversidade (Castellanos; Castro; Souza, 2023).

Com respeito à *frequência* de divulgação (também no primeiro eixo da história cultural) notamos que há um destaque de matérias segundo os conteúdos garimpados nos jornais: a matemática com 146 referências; a gramática com 53; 49 referentes à leitura; 22 com respeito à geografia e; em menor nível, as de moral e história: 10 e 2 respectivamente. A quantidade de publicações por matéria, pode ser consequência de maiores tiragens de exemplares, ou pelo fato de serem obras dos autores maranhenses mais conhecidos e renomados, bem como terem sido tipografias locais de grande relevância ou ainda em função dos saberes fundamentais para serem adquiridos no ensino público primário e secundário (Castellanos, 2017; 2022a; 2002b; Castellanos; Castro; Souza, 2023).

Frequentemente nos jornais, os livros de leitura eram associados à Bíblia Sagrada, enquanto textos que guiariam as crianças por bons caminhos, responsáveis pela propagação na infância de histórias morais, com a finalidade de despertar bons sentimentos, benevolência, amizade e tolerância (Bittencourt, 1993). Por estas características, eram recomendados não apenas para a infância, como também a pessoas de todas as idades para que deles tirassem lições de moral e religiosidade; podiam “[...] lê-lo a infância, a juventude, a virilidade e a própria velhice. Todos encontrar[riam] ali um conselho a tomar, um preceito a aprender, um exemplo para imitar” (Publicador Maranhense, 1863, ed. 91, p. 2). Mais do que ensinar a leitura e a escrita,

[...] para alguns grupos sociais eles significa[va]m o primeiro acesso ao impresso, ao objeto livro. Assim sendo, eles representa[va]m igualmente uma forma particular de inserção na cultura e uma via de formação moral, nacional, cívica, ética e estética. Não se trata, assim, de um objeto cultural e pedagógico isento ou neutro, cujo objetivo [era] apenas ensinar as novas gerações a ler e escrever (Peres; Ramil, 2018, p. 37).

Moldar a infância de acordo com os preceitos sociais vigentes de moralidade, religião e civilidade à época e, reforçar nos adultos estes ideais, levando-se em consideração o padrão católico de leitura imposta, era a meta de qualquer obra escolar, já que “todo o livro [era] pensado segundo o modelo do livro de oração ou do livro de missa, e toda leitura como leitura para a vida interior” (Chartier, 2003, p. 39). Neles estão representados os comportamentos sociais validados, aqueles necessários para ser um bom cidadão e cristão, um exemplar aluno e trabalhador, contribuindo com a Província e o Império, bem como na transição à República com a construção da identidade nacional e do progresso. Canal de divulgação para autores renomados que transformaram seus estilos, conceberam novas formas de interagir com um público específico e galgaram reconhecimento nos espaços locais de ensino e na imprensa local (Castellanos, 2017, 2020; Costa, 2013; Soares, 2017), o que justifica a temporalidade das fontes garimpadas, em função do cômputo de registros de livros de classes no

Império e na Primeira República. Neles está inscrito o projeto de nação, pelo qual se pretendia inserir e formar as gerações futuras, visto que o livro de classes ou escolar é “[...] um artefato de controle social, de disseminação de valores, impregnado de posições discursivas às quais crianças muito pequenas têm acesso, ao ingressar na escola” (Peres, 2014, p. 115).

Esta é uma das razões pelas quais o livro de classes ou escolar foi objeto caro às instâncias de poder, como o Governo Provincial/Estadual e a Igreja; artefato submetido a avaliações que indicassem ou não sua adoção no ensino, pois comunicavam, esclareciam e induziam a uma significativa quantidade de pessoas:

[...] a permanente inquietude dos que tem autoridade sobre os textos frente a sua possibilidade de corrupção ou seu possível desvio de tradução quando uma extrema divulgação os expõe a umas interpretações “selvagens”. Aqui está o esforço intenso, e frequentemente falido, de que **pretende controlar a recepção**: pela proibição, pelo distanciamento, mas também pelas coações, explícitas ou implícitas, que pretendem dominar a interpretação (Chartier, 1989, p. 6, grifo nosso).

Os esforços das instâncias de poder para tentar controlar as interpretações, são publicados pelos jornais no formato de lista de obras proibidas pela Igreja; críticas a romances e exigências para a condenação de livros protestantes e filosóficos:

e é neste século dos desvarios, no meio da efervescência interminável d’estas doutrinas perigosas, que acobertadas com o manto da filosofia, tenta[va]m invadir até os recintos sagrados da família os que mais precisam das virtudes cristãs (O Paiz, 1887, ed. 78, p. 1).

A intenção é distanciar e proibir a sociedade de leituras desta natureza, constringendo-os com noções de pecado, impureza e blasfêmia. No entanto, como estes veículos necessitavam dos recursos provenientes da venda de exemplares e dos anúncios, mesmo apoiando as ideias do governo e da Igreja, publicavam frequentemente textos que figuram no hall dos que deveriam ser evitados como uma estratégia de fidelizar e ampliar o público consumidor, além da dependência de vendas dos editores e da circulação das obras que possuíam valores superiores aos escolares. Neste sentido, os livros de literatura em contrapartida aos de leitura considerados como bíblias da infância, eram representados como influências negativas não recomendadas, principalmente para a mocidade e mulheres, pela possibilidade de provocar condutas indesejadas de acordo com os padrões de moral e civilidade apregoados. No entanto, os folhetins se multiplicavam e tornavam-se cada vez mais frequentes, o que aponta para estratégias de venda e captação de recurso via consumo, mesmo que o conteúdo fosse proibido.

Na França oitocentista, por exemplo:

[...] a novela-folhetim, o livro prático, o volume barato que antes entravam na categoria de obra popular foram superados pelo *livro de classes*, que os deixou muito atrás na carreira pelas melhores tiradas. Compreender a ruptura que aconteceu então, exige conceder todo seu lugar a essa cultura do povo que materializou sua biblioteca pessoal, *essas cinco ou seis obras que a lei obrigou a possuir desde os seis até os treze anos* (Deaecto; Mollier, 2013, p. 79, grifo nosso).

Tanto no Império quanto na República no Brasil os ideais de moralidade podem ser apontados como armaduras conceituais que pautam não só as *maneiras de fazer* dos autores de livros de classes, como influenciam também a adoção dessas obras no ensino. Se a conduta moral enquanto professor, era imprescindível no exercício da função; enquanto autores, também foi exigida, para que livros fossem aprovados pelas agências reguladoras e divulgados via imprensa: assuntos que ao menos em um parágrafo se tratasse da vida, conduta moral e das contribuições sociais era comum. Por exemplo, se sobre Antonio Marques Rodrigues, se “sobressaía[m] as qualidades morais, que igualavam-se, não avantajavam-se, aos dotes do espírito. Coração magnânimo e generoso” (O Paiz, 1888, ed. 85, p. 1); no *Publicador Maranhense* (1842-1885), foi reconhecido como autor generoso e modesto em função do valor d’*O Livro do Povo* (1863/2ª edição) e das várias doações que fez.

Assim, intelectuais de diversas formações tais como literatos, advogados, médicos, pedagogos, matemáticos e físicos entre outros, foram responsáveis pela produção de livros escolares que contribuíram com a formação dos cidadãos maranhenses no Oitocentos e na Primeira República. Importantes tipografias locais materializavam e faziam circular esta produção por várias partes da província/estado e a nível nacional. Mas, o que se discutia sobre estes livros nos jornais? Como se tratavam os temas relacionados ao livro de classe e à instrução pública? Qual a importância deste objeto cultural para a sociedade maranhense segundo as representações registradas na imprensa? São estas algumas das questões que passaremos a discutir.

### As disputas entre as disciplinas escolares

A concepção, produção e materialização de um livro está necessariamente relacionada a dois polos: das práticas e das representações; então o livro de classe é resultado não só da prática de criação dos autores, como também da representação do que seria adequado dentro de um gênero em determinada época. Os autores de livros de classes ao escreverem seus textos estavam submetidos às determinações e dispositivos normativos que autorizavam ou não quais conteúdos tratar, quais

métodos de ensino adoptar, assim como a divisão e organização das obras; produções e produtores constrangidos e pautados por ditames que cercearam a prática dos escritores e a forma como as representações foram construídas, haja vista a formação de novas gerações que seriam pretensamente induzidas a enxergar o mundo, a agirem e a pensarem segundo as tecnologias do poder via discursos, regulamentos e normas. A produção do escrito, por outro lado, está impregnada de intenções e interesses submetidos às regras de escrita, a um mercado editorial e ao gênero textual de pertença, que designam tanto as perspectivas de entendimento, quanto geram expectativas de leitura, pois “qualquer arranjo textual ou tipográfico que pretend[am] criar mecanismos de controle e coerção, sempre segrega[rá] táticas que o subjagam ou subvertem [...]” (Chartier, 1992, p. 236).

Destarte, ao centrar-nos nos títulos dos livros, notamos alguns padrões. Os de ensino primário, possuíam termos que denotam o conhecimento básico e inicial apropriado para os primeiros anos da escolarização como característica básica; identificadores como “rudimentos”, “primeiras noções”, “curso elementar”, “compendio” ou “resumo”, seguido de expressões que comumente remetiam-se à matéria que o livro tratara, a exemplo de gramática, aritmética, geografia, entre outras. Nesses termos, era a marca usada e como se registrara a maioria de títulos que apontava para a pretensa função, uma vez que “[...] a natureza das aprendizagens é o que dá o nome ao livro escolar” (Choppin, 2009, p. 22). Tais práticas podem ser compreendidas de acordo com o segundo eixo da história cultural enquanto táticas dos autores, quando adaptam títulos e conteúdos nas segundas edições para mantê-las em circulação frente às novas imposições de conteúdos escolares prescritos via reformas para os anos iniciais como forma de impulsionar a comercialização atraindo a atenção dos leitores e diferenciar as obras de acordo com os níveis de ensino (Castellanos, 2020, Santos, 2022).

Permitir e possibilitar o acesso das crianças, em especial às de famílias pobres à instrução, era intuito das instâncias de poder. De um lado, o governo imperial, por exemplo, na busca por garantir as condições de governabilidade, sendo o principal desafio da instrução primária, “[...] a promoção da identidade nacional, a qual possibilita[ri]a a unidade do país e o ideário comum de patriotismo, já que o movimento de independência ainda precisava ser solidificado” (Silva, 2015, p. 36); por outro, a Igreja Católica com forte influência em diversas questões sociais, que conjuntamente como o estado imperial, empreenderam vários projetos para a instrução ao longo do século XIX, tendo como interesse principal, conter ou minimizar os efeitos dos liberais e garantir a perpetuação dos valores (Bittencourt, 1993).

Para compreendermos as representações sobre os livros de classes por meio dos jornais, categorizamos os discursos com base nas matérias que identificamos. No âmbito da Geografia, por exemplo, *Rudimentos de Geographia* (1863/1ª ed.) de Antonio Rego, *Lições de Geographia* (1875/1ª ed.) de Antonio Augusto Rodrigues e *Fragmentos*

para a *Chorographia do Maranhão* (1901/1ª ed.) de Justo Jansen Ferreira, foram obras destacadas segundo a imprensa, justamente porque traziam representações territoriais do Brasil e detinham os verdadeiros e precisos conhecimentos sobre o território brasileiro, visto que possuíam menos erros que os livros de classes franceses que se usavam para o ensino (Castellanos, 2022a), para além de um conteúdo mais aprofundado dos aspectos locais e nacionais, como expressa o *Pacotilha* (1901), quando recomenda *Fragmentos para a Chorographia do Maranhão* (1901/1ª edição), por “[...] supprir a falta de há muito sentida no ensino entre nos, de uma obra que tratasse com largueza da chorographia do nosso Estado” (Pacotilha, 1901, ed. 112, p. 30). Por outro lado, para formar uma geração conhecedora do seu país, seria “indispensável ao administrador, como ao legislador, e aos engenheiros para fins de imediata utilidade pratica” (Publicador Maranhense, 1868, ed. 242, p. 2) articularem e efetivarem reformas escolares, especificamente, no livro de classe como cultura material da escola.

Uma das mais necessárias reformas na instrução seria a do livro de classes, cumprindo que fosse brasileiro [...] que não [era] o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime (Verissimo, 1890, p. 54-55).

Ainda em 1901, quando alguns trabalhos sobre geografia, por exemplo, já haviam sido lançados e consolidados, salientava-se que sobre a própria ilha de São Luís necessitavam-se de mais estudos, pois restavam várias questões desconhecidas; portanto, era necessário continuar a empreender investigações sobre questões nacionais (Pacotilha, 1901). Além disso, as descobertas do vasto território do Brasil, segundo os novos mapas registrados, e as mudanças sofridas na geografia ao longo do tempo, “emula[vam] da historia, ella restaura aqui o assento de uma civilização que passou, recolhe ali uma tradição; e anima por esse modo o grande theatro, que Deus marcou ao homem para n’elle imprimir o sello de sua potente atividade” (Publicador Maranhense, 1868, ed. 240, p. 2).

Enquanto estratégia de imposição, o governo exigiu via programas de ensino e reformas, que por meio da instrução o alunado conhecesse o território nacional e a geografia do Brasil visando despertar e incentivar o sentimento nacional; livros de classes locais e nacionais que até a década dos anos 60 nessa área do conhecimento, não se tinham produzido, como também com respeito à história local e nacional. Os autores por sua vez lançam mão de táticas desviacionistas ou de apropriação nas mensagens de divulgação (Certeau, 2012), destacando que suas obras contemplavam tais exigências que ainda “corrigem” os erros que foram cometidos por outros títulos (Publicador Maranhense, 1869). Há também aquelas que adotam um viés de enfrentamento/denúncia quando retratam a dificuldade de acesso a documentos que

seriam necessários para a produção deste tipo de obra como denuncia o *Publicador Maranhense* (1868, ed. 246, p. 2) sobre a situação do Instituto Histórico e Geográfico que tinha “accumulado um immenso material relativo á gographia do paiz [...] [e era] de lamentar, que os fundos da associação não lhe permitt[isse]m ir fazendo gravar sucessivamente os preciosos mappas, que existem em seus archivos”, ou ainda quando tratam da falta de incentivo do poder público, uma vez que “do vasto Imperio, com regiões ainda mal exploradas e quase desconhecidas, não existe ainda a carta exacta. Este trabalho só aos poderes públicos cabe[ria] executar” (*Publicador Maranhense*, 1868, ed. 246, p. 2). Assim, os registros recorrentemente destacam o empenho dos autores para a produção deste tipo de conteúdo, tendo em vista as dificuldades enfrentadas, demonstrando que as produções sobre a geografia se encontravam no estado de insuficiência não por possível displicência de autores e pesquisadores; mas por todos os fatores já aqui ventilados.

Já os livros de matemática eram em grande parte associados aos trabalhos da indústria e comércio na imprensa. *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema métrico decimal* (1863/1ª edição), de Joao Antonio Coqueiro é representada como clara e sucinta, baseada nos preceitos do sistema métrico decimal francês<sup>5</sup> no *Publicador Maranhense* (1863), destacando-se não só pelo conteúdo, como também pelo trabalho artístico de impressão: nitidez perfeita e excelentes figuras geométricas. Sem embargo, pontos negativos foram colocados: o fato de ter sido impressa na província e, mesmo assim, não contemplasse o sistema local; medidas diferentes usadas no Maranhão das propostas no novo sistema, que dificultariam em princípio a comparação e adaptação, na contramão de facilitar a devida conversão como se propunha.

No que se refere às gramáticas, as respectivas representações diferenciam-se quando se trata do Império e da República. Em um primeiro momento, estão associadas à tradição, à origem da língua portuguesa, além de preservarem o *status de homens das letras*, como eram conhecidos os intelectuais maranhenses destacados consecutivamente nas mensagens. O *Publicador Maranhense* (1863), sobre livros de classes, aborda as relações e influências entre as línguas que se originaram do latim para explicar a produção das gramáticas escolares no Brasil que, até a publicação de *Postillas de Grammatica geral aplicada à língua portuguesa pela analyze dos clássicos* (1863/ 1ª ed.) de Sotero dos Reis, era uma “multidão de grammaticas empyricas e irracionais, estupidamente calcadas sobre as grammaticas latinas apontoados informes de regras e preceitos copiados a esmo e servilmente” (*Publicador Maranhense*, 1863, p. 2), que provocaram o desvirtuamento e emaranhamento do idioma que impediam o progresso. Nessa lógica, *Postillas* de Sotero, foi considerada como uma verdadeira gramática, uma vez que rompe com um padrão de produção deficiente em termos de conteúdo que se realizara até então tanto no Brasil quanto em Portugal, constituindo-se das gramáticas identificadas, a que teve maior representatividade nos jornais

analisado, já que era um

[...] verdadeiro modelo de methodo, perspicuidade, e fina observação em que o autor, com sua costumada maestria [...] amenas paginas animadas pelos toques magistraes do estylo cheio, firme e igual do exímio escritor maranhese, quando daquele caos gramatical passamos para este primor de ordem, methodo e perspecuidade, parece-nos que subimos de um labyrintho subterraneo e tenebroso para a orvalhada e frescura de uma manha rica de fragancias e esplendores. (Publicador Maranhense, 1863, p. 2).

Na República, o rompimento das gramáticas com a tradição e a herança portuguesa, usa a construção de uma língua nacional como contributo das três raças para formar o homem brasileiro, e o livro se constitui em umas das principais ferramentas de imposição pelo qual se ensina e se educa, segundo as preferências dos grupos de poder. Na República, para alguns, a luta de representações vai se instaurar contra o modelo imperial, buscando impor uma nova concepção de mundo formulada na valorização do nacional, passando-se a valorizar a cultura e as tradições locais, ao retirar-se das gramáticas, palavras e expressões provenientes de outras línguas ou ao modificar-se sua grafia em conformidade com o português praticado no Brasil, como por exemplo, quando se usara “Adereçar - Francesismo desnecessário, uma vez que é vantajosamente substituído por endereçar, cujo substantivo é endereço” (Freire, 1921, p. 95); ou quando se substitui omeletta por omelete; phenomenal por estupendo, prodigioso, grandioso e magnifico; o quando se substitui instalado (palavra de origem germânica utilizado no espanhol, francês e italiano) que poderia ser trocado por instituir, investir, meter de posse ou estabelecer (Freire, 1921). Todos estes termos estão relacionados no dicionário Gallicismos, no qual se elencam expressões francesas e propõe, nos casos possíveis, substituições por palavras da língua vernácula, visto que eles configuram “[...] vocábulos impuros, que lhes deslustrem o brilho e lhe pervertem a índole” (Freire, 1921, p. VII).

Acreditamos ser esse o espírito de Odolfo Aires Medeiros em *Nova Qartilha Portuguesa* (1901/1ª edição), quando propõe um novo alfabeto, em função de retirar as letras que não faziam parte da língua portuguesa; concepção defendida pelo jornal quando afirma que “o processo do sr. Medeiros é em demasia revolucionário, atentando contra habito[s] seculares. [Havendo] bastante lógica nas regras que o sr. Odolfo Medeiros concatena” (Pacotilha, 1918, ed. 88, p. 2). Jogando com o terreno imposto, os autores e jornais se utilizaram de táticas diante das prescrições instituídas para galgar posições de destaque ao definirem suas produções como revolucionárias/ inovadoras e propor mudanças significativas em questões atinentes à língua, ao mesmo tempo em que atendiam aos ideais republicanos impostos. O discurso de mudanças e revolução seria uma forma de chamar a atenção dos leitores para a obra?

Uma maneira de distingui-la de outras cartilhas? Uma provocação à reflexão sobre o tradicionalismo?

Neste sentido, Barros (2003, p. 160) afirma que:

[...] quando um autor se põe a escrever um livro, ele se conforma a determinadas representações de que deve ser um livro, a certas representações concernentes ao gênero literário no qual se inscreverá sua obra, a representações concernentes aos temas por ela desenvolvidos. Este autor também poderá se tornar criador de novas representações, que encontraram no devido tempo uma ressonância maior ou menor no circuito leitor ou na sociedade mais ampla.

A própria matéria sobre a *Nova Cartilha Portuguesa* (1901/1ª edição), recomendara que “content[assemos], por isso, com o que nos for possível obter, dentro das normas pacatas do meio termo” (Pacotilha, 1918, p. 2). Seria o meio termo esta obra entre o revolucionário e o tradicional? Nessa perspectiva, existe uma distância entre o representante e o representado que é estabelecida a partir de interesses, visões, percepções e práticas de grupos que forjam as representações; representações e práticas sociais que não existe entre elas uma relação de transparência e imediatez, uma vez que “todas remetem às modalidades específicas de sua produção começando pelas intenções que as habitam, até os destinatários a quem elas apontam, [assim como] aos gêneros no quais se moldam” (Chartier, 1989, p. 8).

Em se tratando dos livros de leitura considerados pela imprensa como as mais importantes obras para a infância produzidas no Maranhão destacam-se *O Livro do Povo* (1863/ 2ª edição) e *O Livro dos Meninos* (1864/1ª edição). Tal atribuição se justifica por serem produções compostas por importantes sujeitos que atuaram nos diferentes segmentos sociais da Capital. Consideradas como o alimento intelectual e espiritual das crianças que começavam a vida, se direcionavam como faróis ou estrelas que iluminariam o horizonte escuro da infância visando formá-las segundo a religião e humanidade (O Paiz, 1864). Os livros de classes que eram destinados à leitura, geralmente estavam associados à difusão de outros saberes, em especial, o da religião e moral; “à leitura, portanto, parecia ser[-]lhe] atribuído um duplo papel: de um lado, um meio para adquirir os demais conhecimentos e, de outro, um saber em si mesmo, cujo ensino era voltado para a aquisição das habilidades de leitura oral” (Galvão, 2007, p. 10). Desta forma, assuntos ao respeito ocupavam um lugar central nas discussões sobre a instrução, pois o ensino deste tipo de conteúdo era parte do movimento de construção do Estado Imperial no intuito de garantir a unidade do país, não sendo diferente na Primeira República (Pinto, 2005).

A expectativa para que os maranhenses conhecessem as letras era também de formar o hábito consumidor do escrito impresso e assim favorecer o desenvolvimento

do mercado escolar, pois “quanto mais se expande [...] ampliando o acesso e os anos de escolarização obrigatória, mais a instituição se oferece como um significativo mercado consumidor sustentado pelo Estado (Vidal; Silva, 2010, p. 33). Entretanto, com frequência percebemos que os jornais denunciavam direta ou indiretamente a situação do analfabetismo na província, por exemplo, e a inaptidão com a leitura que atingia até os próprios mestres (Castellanos; Castro; Souza, 2023). A proclamação de um novo sistema administrativo não foi suficiente para romper de imediato com o que havia sido implementado na instrução no Império. Não se passa de forma instantânea de um regime político a outro, a organização social e econômica necessita transição para possíveis ajustes e inovação. Nesses termos, nas primeiras décadas da Primeira República (1889-1930) foi necessário reorganizar cada setor da sociedade para que se alinhasse à nova forma de governo, e, em se tratando da educação, se “[...] intensifica[ra] o combate ao analfabetismo atribuindo a ele um dos principais problemas do Brasil. A meta prioritária desse modelo de gestão política preconizava a [sua] eliminação imediata [...]” (Silva, 2017, p. 63).

Diante desse empenho, as expectativas dos intelectuais publicadas nas matérias, eram de que a cada nova edição de um livro de classes e a sua aprovação/adoção nas instituições de ensino, se concretizasse para tirar a província do atraso, bem como um reconhecimento social da sua contribuição, visto que um dos principais elementos de modernidade era a instrução. Concomitantemente, os jornais discutiam sobre a produção e os autores, em função do emprego no ensino, avaliando erros e acertos, assim como, propunham novas ideias e abordagens a partir de seus interesses e relações. Esta diligência se reflete não só nas matérias (como estratégias de exposição), mas também nos anúncios; projeção nas formas como foram divulgados, na frequência das publicações e nas estruturas usadas, entre outros aspectos que nos ajudam a compreender a dinâmica estabelecida (Santos, 2018, 2022).

### **Anúncios de venda dos livros escolares**

Os anúncios também são representações dos livros de classes construídas a partir da perspectiva do autor ou editor, quando informam em poucas palavras sobre o objeto representado, destacando os principais pontos, vantagens e o lugar de aquisição; portanto, se pautam geralmente no conteúdo: título, autor, valores e lugares de venda. A síntese das informações era estratégica para lidar com as cobranças por linha de anúncio e localização, privilegiando-se ou não certo título.

As armaduras conceituais nos anúncios podem ser percebidas quando eles trazem um destaque ao conteúdo que compõe a obra, evidenciando-se assim sob quais perspectivas foi construída, quais concepções as regem, como está organizada e a que

nível de ensino se destina. Já na República há uma mudança nas estruturas psíquicas ou nas formas de se pesar a divulgação das obras, quando se passa a evidenciar via anúncios, os métodos rápidos de alfabetização dando a ver um dos principais ideais republicanos pensados para a instrução; o combate ao analfabetismo entendido como uma herança do período imperial que necessitava urgentemente ser superada (Castellanos, 2022a).

A dinâmica e o estilo das publicações nesses periódicos por vezes se diferenciavam. *O Paiz* (1863-1889) utilizava-se de recursos tipográficos e espaciais para a valorização dos títulos aos quais pareciam dar destaque; já no *Publicador Maranhense* (1842-1885), os anúncios de livros de classes eram equivalentes aos de qualquer outro objeto. Privilegiando-se o texto, os anúncios eram os que mais detalhavam o material, não sendo comum o emprego de recursos que lhe dessem destaque. Vale ressaltar, que mesmo com estilos diferentes, alguns títulos foram publicados nos anúncios de dois jornais com o mesmo texto de divulgação, provavelmente formulado pelo próprio anunciante na procura da divulgação de produtos ou serviços. *O Pacotilha* (1880-1939) por sua vez, cobrava ao anunciante 50 reis por linha<sup>6</sup>, apresentando em comparação com os outros periódicos, menor número de divulgação sobre livros escolares nos anos analisados.

As representações dos livros de classes são construídas pelos jornais a partir das configurações sociais/culturais envolvidas com a produção deste artefato, refletido nos conceitos de aprovação conferido pelas agências de fiscalização e controle, na utilidade ao ensino e ao trabalho, nos autores renomados que os produziram e nas instituições que os adotaram e, não por acaso, estas informações sempre são destacadas nos anúncios de venda. Por meio de suas páginas dão a ver os livros de classes, privilegiando o interesse dos impressores/tipógrafos (donos do dispositivo cultural) que põem as obras em circulação, pois há uma diferença entre uma referência a um título e/ou a um autor ao final de uma página em concorrência com inúmeros anúncios na geografia do jornal e, uma publicação que ocupe parte significativa do suporte, apresentando vários elementos e informações que conduzem ao leitor a um entendimento sobre o objeto representado (Castellanos, 2022b; Santos, 2022).

A força da representação incide na credibilidade e na adesão social. Por isso, não basta anunciar. É preciso colocar em um lugar de destaque, trazer elementos para além da obra que ajudem a convencer o leitor e, frequentemente, lembra-lo da existência do objeto representado, por meio das repetições consecutivas dessas mensagens, o que nos dá a entender que todas as representações sobre livros de classes ou escolares nestes anos iniciais de funcionamento d' *O Paiz* (1863-1889), podem ter sido pautadas na relação comercial entre tipografia e imprensa; em nenhum outro momento nem nos outros dois jornais em pauta esta situação se repete, seja com respeito à estrutura dos anúncios e a sua recorrência na folha, seja em função do lugar escolhido para sua

divulgação, pois é diferente aos demais exemplares em tela, se comparado em tamanho do espaço ocupado na página, no uso de destaques tipográficos e no quantitativo de avisos.

Enquanto formações ou configurações sociais/culturais, as instituições de ensino também constavam nos anúncios e tinham um papel fundamental na divulgação, principalmente de duas formas: ou como indicação de escolas que já utilizavam os livros de classes no ensino ou como indicação do lugar que os autores atuavam, segundo a função exercida e as posições ocupadas na teia de interdependência instaurada. As duas instituições mais citadas foram o Liceu Maranhense (1838)<sup>7</sup> e o Instituto de Humanidades<sup>8</sup>, especialmente, porque muitos dos autores eram professores de uma delas. Importantes espaços de ensino no Maranhão e a informação de que tais livros eram provenientes de profissionais que lá trabalhavam ou que foram utilizados em seus programas, configuravam certa credibilidade, para além do destaque dos autores e de suas profissões, especialmente, Soteiro dos Reis, João Miguel da Cruz e Felipe Benício de Oliveira Condurú; o primeiro, por transitar entre essas instituições, os outros, como professores do ensino primário na vila de São Bento e em São Luís respectivamente.

Nessa esteira de indícios, percebemos que quanto maior o envolvimento do autor na imprensa, e maiores cargos ocupe na instrução ou em outros espaços de projeção, sua publicação proporcionalmente recebia uma maior valorização: a frequências das críticas e as avaliações, os comentários ao respeito e os referentes anúncios sobre esse material se metamorfoseiam em estratégias de produção, distribuição, venda e consumo. Assim, autores/professores como Francisco Sotero dos Reis, Antonio Marques Rodrigues, Antonio Rego, João Antonio Coqueiro e Candido Mendes parecem ter recebido tratamento diferenciado sobre suas produções em detrimento de outros autores/professores. Um exemplo disso é a relação profissional estabelecida no Liceu Maranhense entre Sotero dos Reis (diretor) e Themistocles Aranha (professor), não por acaso o livro mais divulgado fora as *Postillas* (1863/1ª edição), de Sotero. Os professores de dita instituição, em alguns casos, estiveram em posições de poder em relação aos processos de aprovação, adoção e vetos dos livros de classes, quando ocupam a função de Inspetor da Instrução Pública (a exemplo de Antônio Marques Rodrigues – autor de *O Livro do Povo* para o ensino da leitura) ou Diretor do Liceu Maranhense e, por conseguinte, Presidente da Congregação como Soteiro.


Já a difusão dos livros de classes, que tem como autores os professores de ensino primário, estiveram na maior parte das vezes em segundo plano nos jornais aqui estudados, o que pauta diferenças entre autores de livros de classes segundo o lugar que exercem suas práticas pedagógicas; mesmo que o livro escolar concebido e produzido fosse destinado para o ensino elementar. Em alguns casos, as menções se referem à atuação em outras funções, conforme Odolfo Aires Medeiros com destaque no *Pacotilha* (188-1939) enquanto deputado em Carolina (MA); mas bem pouco sobre sua atuação

na instrução enquanto autor e diretor de Colégio Carolinense entre os anos de 1917 e 1936<sup>8</sup>. Outros do mesmo nível de ensino, como Antonio Augusto Rodrigues, Roberto Moreira e José Augusto Correia (este último como parte da redação do *Pacotilha*), também tiveram suas produções reconhecidas e, no entanto, pouco divulgadas. Autores/professores primários que também chegaram a ocupar certos cargos e funções de poder e prestígio; mas nem por isso tiveram um tratamento mais representativo. Como não faziam parte do corpo docente do Liceu, a divulgação esteve comprometida aparentemente por cumprirem dito pré-requisito, mesmo que não estivesse instituído em lei. Sem embargo, João Miguel da Cruz consegue desvencilhar-se dessa “regra”. Apesar de ser professor primário na vila de São Bento (distante da capital) e não atuar na imprensa ludovicense, mesmo assim, *Metrologia do Povo* (1881/ 1ª edição), de sua autoria, se divulgara com frequência nos jornais concomitante aos livros de classes de autores liceístas. A sua produção como exceção talvez se deva ao reconhecimento do seu trabalho com adultos em aulas noturnas, além da sua participação e liderança em ações públicas, como a vacinação da população, a subscrição de doação de livros para os alunos da vila, e a participação no partido conservador, do qual Joao Antonio Coqueiro fazia parte (Soares, 2017).

Portanto, nenhuma referência ao livro de classe ou escolar está publicada no jornal sem que traga como pano de fundo uma série de questões que obedecem a certos interesses e intencionalidades. Por meio dos discursos foi possível perceber os artifícios utilizados pelos autores via paratextos e editores via dispositivos editoriais para a profusão das obras e em certos casos a divulgação massiva pelos jornais e as opiniões expressas consistiam em uma das principais táticas empregadas por eles para comunicarem diretamente ao público leitor sobre a qualidade das produções e como poderiam contribuir com a instrução pública maranhense. Com base nos anúncios, a ação dos autores e editores via divulgação na imprensa é verificável e crucial; livros de classes ou livros escolares, que nos remetem “[...] quiçá, ao catecismo, o antepassado do manual escolar e, em muitos dos casos, seu arquétipo” (Deaecto; Mollier, 2013, p. 130).

### Conclusão

A identificação dos livros escolares de autores maranhenses a partir do *Publicador Maranhense* (1842-1885), *O Paiz* (1863-1889) e o *Pacotilha* (1880-1939), possibilitou a apreensão do movimento das publicações e os assuntos que abordavam, os jogos de poder estabelecidos entre as estratégias de imposição da Província/Estado e da igreja (em referência à aceitação ou não dos livros de classes) e as táticas de apropriação dos autores e editores para a profusão dos seus escritos, os quais fizeram uso desse importante veículo de comunicação para sensibilizar diretamente pais e responsáveis de crianças e jovens que eram consumidores desse objeto cultural.




Em se tratando das representações referentes às matérias ou conteúdos destacados, os livros de matemática como produções mais frequentes nos jornais, estavam diretamente relacionados às aplicações da vida prática, como conhecimentos empregados no trabalho, e em função do novo sistema de medidas que seria adotado no Brasil, seguidamente das gramáticas e dos livros da língua portuguesa. Por outro lado, se pensarmos no reconhecimento dos intelectuais Maranhenses que se destacaram pela produção de escritos e o esforço para se preservar tal status, este poderia ser um dos fatores que contribuem para a maciça divulgação deste tipo de conteúdo, considerando-se ainda que para os editores e impressores era uma fonte de lucro, tanto pela compra imediata dos livros escolares, como também pela formação de novos leitores e possíveis consumidores do escrito impresso.

Se a matemática e a gramática foram as matérias escolares mais privilegiadas em número de títulos e exemplares impressos; no que se refere à geografia e história, o quantitativo de artefatos cai significativamente. A carência de livros de classe que considerara a realidade nacional e local nas temáticas abordadas, e a falta de mapas como material adicional que se mostrasse a geografia fidedigna do Maranhão e do Brasil por exemplo, instigara a produção de conhecimentos específicos e regionais constantemente apontada pelas fontes em consulta. Os jornais apontam a dificuldade da produção deste tipo de material em função de: 1) a recente história do Brasil, considerando-se seu “descobrimento” pelos portugueses e em comparação aos países europeus; 2) os problemas com a documentação oficial; 3) a falta de apoio e iniciativa do poder governamental em fomentar pesquisas nas regiões mais longínquas e ainda inexploradas; 4) a extensão territorial continental da nação tornando complexas as pesquisas para alcançar todos os locais.

Já com respeito aos livros de leitura destinadas ao ensino primário, nos discursos dos jornais fica evidente a necessidade da moralização da infância por meio dos conteúdos presentes nestas obras de moral, religião e civilidade; inculcação de valores que foi imposta especialmente pela Igreja e pelo poder provincial, mudando de foco com a chegada da República, quando a necessidade de alfabetização da população se transforma em agenda nacional.

Enfim, os livros abordados fizeram parte dos programas de ensino de várias instituições dentro e fora do Maranhão, que contribuíram com a forma de organização da escola, por apresentar conteúdos sistematizados e objetivados, produzidos e destinados para matérias/conteúdos por níveis específicos de acordo com o grau de entendimento dos alunos, os quais funcionavam em início como guia para a prática pedagógica do professor de maneira consciente e participativa no ambiente da sala de aula e, paulatinamente, se vai transformando em um suporte acessível e manipulável para que as crianças aprendessem lendo-o; livros de classes que foram mudando e refinando-se de acordo com as necessidades da criança, segundo o aparecimento



de disciplinas auxiliares como a psicologia e a sociologia, que apontavam para o diagnóstico necessário da maturidade cognitiva e do nível de desenvolvimento, para se pensar, produzir e distribuir este livro de classe ou escolar como elemento intrínseco à cultura material da escola.

### Referências

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*, Brasília, v. 11, n. 1/2, p. 145-171, 2003.

BATISTA, Ana Maria de Oliveira; GALVÃO, Antônio Augusto Gomes. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993, 369f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-28062019-175122>.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. *A circulação dos livros franceses no Maranhão Império (1822-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2022a.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, 2020. DOI 10.1590/0104-4060.71156.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Childhood of the artificer apprentices in Maranhão Empire (1841-1899). *Paedagogica Historica*, Belgica, v. 6, p. 1-17, 2022b. DOI 10.1080/00309230.2021.1979054.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. *O livro escolar no Maranhão Império (1821-1889)*. São Luís: EDUFMA, 2017.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, Cesar Augusto; SOUZA, Mateus de Araújo. Os livros escolares no Liceu Maranhense pela imprensa local (1844-1876). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 61, n. 67, p. 1-24, jan./mar. 2023.

CASTRO, Cesar Augusto (org.). *Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835- 1889*. São Luís: Edufma, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 18. ed., Petrópolis: RJ,

Vozes, 2012.

CHARTIER, Anne-Marie. Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo da alfabetização a cultura de massa. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 35-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30532/pdf>. Acesso em 05 maio 2023

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *El Mundo como representación: estudios sobre historia cultural*. Barcelona: Gedisa editorial, 1989.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, L. (org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.

CHOPPIN, Alain. *O manual escolar: uma falsa evidência histórica*. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

comunistas no Brasil e na França. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Belo Horizonte, MG:

CORRÊA, C. H. A. *Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852–1910)*. 2006. 274p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/376721>. Acesso em: 15 maio 2023.

COSTA, Odaléia Alves da. *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)*. 2013. 210 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24042013-134450/pt-br.php>. Acesso em: 10 maio 2023.

DEAECTO, Marisa M.; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Edição e revolução: leituras* Editora UFMG, 2013.

FREIRE, L. *Galliscismos*. Rio de Janeiro: S. A. Litho Typographia Fluminense, 1921.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Ler, escrever e aprender gramática para a vida prática: uma história do letramento escolar no século XIX. *Revista Língua Escrita*, Campinas, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*.

Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

O PAIZ. São Luís: Progresso, 1863-1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704369&pesq=&pagfis=>. Acesso em: 3 maio 2023.

PACOTILHA. São Luís: Tipografia da Pacotilha, 1880–1938. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319\\_01&pagfis=1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168319_01&pagfis=1). Acesso em: 3 maio 2023.

PERES, Eliane T. Influências do pensamento norte-americano na produção de cartilhas para o ensino da leitura e da escrita no Rio Grande do Sul na década de 1960. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). *História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático*. Marília: Editora da UNESP/Oficina Universitária, 2014. p. 93-120.

PERES, Eliane T.; RAMIL, Chris de A. Cartilhas produzidas por autoras gaúchas: um estudo sobre a circulação e o uso em escolas do Rio Grande do Sul (1940-1980). *Revista Brasileira de Alfabetização*, Florianópolis, v.1, n. 1, p. 177-203, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/44>. Acesso em: 18 maio 2023.

PESAVENTO, S. J. *História & história cultural*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINTO, Inára de Almeida Garcia. *Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. 2005. 236 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2004\\_1-59-ME.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2004_1-59-ME.pdf). Acesso em: 20 maio 2023.

PUBLICADOR MARANHENSE. São Luís: I. J. Ferreira, 1842–1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720089&pagfis=4>. Acesso em 12 abr. 2023.

SANTOS, Jarina Serra. *A representatividade dos livros de leitura de autores maranhense no jornal O Paiz (1863 - 1889)*. 2018. 84 f. Monografia (Especialização em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/2819>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SANTOS, Jarina Serra. *Os livros escolares de autores maranhenses na imprensa local (1860 - 1920)*. 2022. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: <https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/3672>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SILVA, Diana Rocha da. *A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão 1903-1920*. São Luís: UEMA, 2015.

SILVA, Diana Rocha da. *As casas de ensino do Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912)*. 2017. 276f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Araraquara, 2017. Disponível em: [http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao\\_escolar/4319.pdf](http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4319.pdf). Acesso em 05 maio 2023.

SOARES, Waléria de Jesus Barbosa. *Uma história da matemática escolar na cidade de São Luís do século XIX: livros, autores e instituições*. 2017. 280f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Física Gleb Wataghin, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322675>. Acesso em: 1 set. 2020.

VERISSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Editores Tavares Cardoso, 1890.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lúcia Gaspar. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29 - 45, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>. Acesso em: 14 maio 2023.

VIVEIROS, J. de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*. São Luís: Revista de Geografia e História, 1953.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. José Joaquim D’Avila: pela defesa de um novo sistema de pesos e medidas no Brasil no século XIX?. *Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v.19, n.2, 187-210, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23925//1983-3156.2017v19i2p187-210>.

## Notas

<sup>1</sup>Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Paulo. Professor Associado IV do Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão. Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação: (PPGE) e do Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da UFMA e do PPGEd da UFPA.

<sup>2</sup>Mestra em Educação pelo (PPGE) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bibliotecária na Universidade Ceuma.

<sup>3</sup>Neste artigo, tomamos livros de classes como nomenclatura restrita para diferenciarmos os livros que foram concebidos e escritos para a instrução pública, daquelas obras que tinham outros propósitos; mas, pela escassez de materiais específicos para ministrar-se algumas matérias/conteúdos, foram utilizadas no Império e na República no ensino, sendo consideradas ambas tipologias de obras como livros escolares.

<sup>4</sup>Citadinos de São Luís.

<sup>5</sup>Através da lei de 7 de abril de 1795, foi instituído o sistema métrico decimal em toda a república francesa. Em 1791, o sistema métrico decimal foi oficializado na França. Os primeiros países que

adotaram o sistema de pesos e medidas francês foram: em 1820, Países Baixos, Holanda, Bélgica e Luxemburgo; em 1848, o Chile; em 1849, a Espanha; em 1852, Portugal; em 1853, a Colômbia, juntamente com o Brasil, que oficializou o sistema em 1862 (Zuin, 2017, p. 189).

<sup>6</sup>Cada linha de anúncio corresponde em valores atuais a 280,00 reais. Para compreendermos como isso impacta no orçamento dos professores/autores, os valores dos salários em 1850 para o professor primário da capital eram de 600 réis (3.360 em reais) e das demais localidades variava entre 350 a 600 réis; já os professores do Liceu recebiam 740\$00 (4.144 reais), valores que correspondem ao pagamento anual, portanto, dispendo mensalmente de 280 reais para suas despesas e, para os do ensino secundário 345,33. Nessa lógica, indícios podem apontar que os anunciantes dos livros escolares publicados nos jornais, na sua maioria foram de autores que lecionavam no ensino secundário em decorrência da questão financeira.

<sup>7</sup>“A congregação do Liceu Maranhense [...] organizará estatutos adequados, tanto ao método do ensino que se deve adaptar, como ao bom regime das Aulas” (Castro, 2009, p. 51).

<sup>8</sup>Criado em 1861 por Pedro Nunes Leal “o curso do colégio foi elaborado para 10 anos de estudo e contemplava a instrução primária e secundária” (Viveiros, 1953, p. 28).

